



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

A experiência da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão: um estudo empírico.

Área Temática: Teoria e prática da economia solidária

Mariana C. Carvalho¹

¹ Centro de Ensino Superior de Conselheiro Lafaiete - CES – Conselheiro Lafaiete/MG.
marianaufff@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo apresenta resultados da pesquisa de dissertação de Mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG e se inscreve no rol de análises sobre as concepções e ações dos trabalhadores para a construção das possibilidades de superação do trabalho subordinado, via autogestão. As experiências autogestionárias e de economia solidária no Brasil surgem em contexto de reestruturação produtiva nos anos 1990, que levou ao aumento da precarização e do desemprego e de inflexão das lutas do movimento sindical. Tem-se um elevado número de empresas em processo falimentar que passam a ser geridas pelos trabalhadores que recorrem aos sindicatos. Sem condições de apoio imediato por parte dos sindicatos, cria-se a Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG), que representa e assessora empresas de autogestão e grupos que pretendem constituir uma empresa autogestionária. Este estudo analisa a trajetória política da ANTEAG, destacando a tensão entre a construção de uma nova cultura para o trabalho e a emancipação dos trabalhadores nos limites da sociedade do capital, em concordância com autores que, no âmbito do Serviço Social e vinculados à tradição marxista, realizam críticas à economia solidária enquanto possibilidade de superação do trabalho subordinado.

Palavras-chave: Economia Solidária; Autogestão; Assessoria.

1 Introdução

No Brasil, o fenômeno da economia solidária difundiu-se largamente a partir da década de 1990, período de abertura econômica e política ao capital externo, no governo de Fernando Collor de Mello. Foi precisamente nesse período que um número expressivo de trabalhadores passaram a se organizar nos chamados empreendimentos econômicos solidários, principalmente sob a forma de cooperativas autogestionárias. Naquele contexto observa-se uma crise no papel do Estado em formular e implementar políticas públicas, na inserção dos trabalhadores nas formas tradicionais de emprego, bem como uma ampliação dos índices de desemprego. Período da chamada reestruturação produtiva que alcança o Brasil, determinando diversas mudanças que merecem análise.



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

Para nós, discutir esta temática em nível de Mestrado, significou a continuidade das reflexões desenvolvidas ao longo da vinculação acadêmica na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG (Intecoop/UFJF), durante a graduação em Serviço Social, havendo participação em atividades de mobilização e formação de coletivos de trabalho autogestionário.

A participação nessas atividades de assessoria a cooperativas e associações possibilitou-nos verificar que diante da situação de precariedade do trabalho e do desemprego, os trabalhadores procuram criar alternativas que os levem à inserção no trabalho. Uma das modalidades tem sido a economia solidária que, para Singer (2003), constitui-se como uma forma de acesso aos trabalhadores marginalizados do mercado de trabalho, unindo o princípio de posse e uso dos meios de produção e distribuição, com o princípio da socialização desses meios, gestão democrática, repartição da receita líquida entre os integrantes (cooperados) e destinação do excedente anual (sobras).

Ao buscar respostas para os problemas enfrentados pelos grupos assessorados, enquanto estagiária de Serviço Social, foi possível observar que, além das cooperativas e associações, os trabalhadores também se organizam sob outras formas de trabalho autogestionário, como as empresas recuperadas, oriundas de massa falida, sob regime de autogestão. Ao nos aproximarmos destas experiências, chegamos à Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG).

Este artigo, que se inscreve no campo do trabalho, tem o objetivo de apresentar e refletir sobre a experiência política daquela associação que constitui-se em uma importante referência de representação e assessoria no trabalho autogestionário no país, a partir da pesquisa que desenvolvemos durante o Mestrado intitulada “Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão”, sob orientação da Profª. Dra. Ana Livia Coimbra, na Faculdade de Serviço Social da UFJF.

No item desenvolvimento serão descritos os objetivos da pesquisa, a metodologia utilizada - estudo bibliográfico preliminar, seguido da realização de pesquisa de campo, e a descrição da análise dos dados – resultados encontrados, assim como, os apontamentos das dificuldades na consolidação do trabalho de autogestão. Em seguida, será apresentada a tensão no que se refere a defesa e a crítica da economia solidária enquanto proposta de superação do trabalho subordinado. Finalizando, por ora, com os devidos apontamentos aqui tomados como relevantes para a discussão da temática da autogestão.

2 Desenvolvimento

2.1. Objetivos da pesquisa

A pesquisa foi realizada com os seguintes objetivos:

Objetivo geral: destacar e analisar as características conceituais e metodológicas da assessoria da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão no marco das propostas de superação do trabalho subordinado.

Objetivos específicos: apresentar e analisar o contexto de surgimento da economia solidária no Brasil e da autogestão, correlacionando-as com o movimento de reestruturação produtiva do capital; levantar e analisar as particularidades teórico-metodológicas das propostas de



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilharam”

trabalho da ANTEAG; destacar a dialética presente na relação entre o que é declarado enquanto projeto de mudança das formas de trabalho subordinado nas concepções e discurso da ANTEAG e o resultado objetivado na organização e relações de trabalho; e destacar os impasses, congruências, incongruências e contradições das propostas de superação do trabalho subordinado por meio da autogestão.

2.2 Metodologia



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

Para a realização dessa pesquisa, foi realizado um estudo bibliográfico acerca do fenômeno da economia solidária e da autogestão que teve como embasamento teórico a discussão sobre o trabalho, nas suas dimensões ontológica e sob o viés capitalista, assim como a exposição das duras consequências da reestruturação produtiva nas práticas e na organização da classe trabalhadora. Em seguida, foi construído o instrumento utilizado para a coleta de dados, qual seja: entrevista aberta e semi-estruturada. A escolha deste instrumento justifica-se pela possibilidade que possui de obter um número maior de informações e de detalhamentos.

A entrevista foi aplicada junto ao responsável pela formação político-pedagógica. Tal escolha justifica-se pelo fato desse profissional estar inseido na ANTEAG desde a sua fundação, em 1991, apresentando um histórico de participação ativa nos movimentos de economia solidária e uma experiência de vida e trabalho ligada a sindicatos e movimentos sociais.

2.3 Análise dos dados

2.3.1 O trabalho de assessoria da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão

A idéia da autogestão nasce a partir da inserção de um grupo de militantes no sindicato, da oposição, dos químicos e farmacêuticos de São Paulo. Diante do quadro de falências das fábricas, reflexo da reestruturação produtiva e da abertura do mercado para a importação, iniciada desde 1989, pelo presidente Fernando Collor de Mello, os integrantes das empresas falidas ou que estavam em situação falimentar, chegavam aos sindicatos solicitando apoio e solução para a situação que estavam enfrentando, entretanto, estas entidades não sabiam como responder a esta demanda, devido a limitação da própria estrutura varguista.

O sindicato dos químicos e farmacêuticos atuava em conjunto com comissões de fábricas. Segundo o assessor, a região da grande São Paulo somava na época a maior concentração operária do mundo, cerca de 3.000.000 (três milhões) de operários e essas comissões acabaram por ensinar aos sindicalistas o que era a autogestão. Foi nessa direção que se originou a idéia da autogestão: das próprias comissões de fábricas, que envolvidas em processo de falência, passaram a procurar alternativas para que os trabalhadores não ficassem desempregados, ou seja, surgimento atrelado ao movimento sindical.

O trabalho na ANTEAG é desenvolvido por dois tipos diferentes de integrantes: os assessores e os dirigentes. Os assessores são integrantes da própria associação e fazem parte de alguma área de atuação, sendo estas a administração, formação, projetos, comunicação e relações institucionais, portanto, realizam trabalho técnico. Já os dirigentes são integrantes das fábricas associadas, sendo os responsáveis pela representação política nos espaços que discutem as temáticas pertinentes, como os fóruns e conselhos. Os dirigentes trabalham dentro das empresas, não se afastando.

O processo de formação em autogestão perpassa a realização de três etapas: a primeira fase é denominada “autogestão” e são oferecidos cursos que abordam questões básicas, preliminares como, por exemplo, controle de medidas e matemática. A segunda parte é denominada “educação para a autogestão”, sendo o trabalho é direcionado para algo mais específico e tratados temas como faturamento, retiradas ou resultados, fluxo de produção, comunicação, entre outros. Nessa fase os cadernos publicados pela ANTEAG são utilizados como material de suporte. A terceira etapa é a “educação pela, ou através, da autogestão”, momento em que importantes aspectos são discutidos como, a elaboração do estatuto social e do regimento



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

interno. A discussão é bastante valorizada na formação, por ser considerada um processo educativo. Importante destacar que no início do trabalho a ANTEAG realizava assessoria para dois públicos diferenciados: dirigentes das empresas e chão de fábrica. Ao realizar um balanço da forma como esse trabalho foi realizado o responsável pela formação, ressalta que houve um equívoco na metodologia do trabalho e o erro não estaria, necessariamente, no fato de se trabalhar com dois grupos de forma separada; o erro estaria em não se combinar esse trabalho.

Para que haja início de trabalho de assessoria a empresa deve ser associada ou filiada a ANTEAG. Existe uma contribuição mensal calculada a partir do número de trabalhadores em cada empresa. Caso a empresa não seja filiada à ANTEAG, ela também receberá assessoria, bastando apenas que seja feita a solicitação. Quando um trabalhador liga e solicita assessoria, a ANTEAG costuma fazer um pequeno investimento e inicia o trabalho com recursos próprios e de outros projetos. É feita uma análise inicial, uma orientação e uma sondagem e se a empresa se dispuser a fazer o trabalho com alguma estrutura deles, só então, é solicitado que passem a contribuir.

Não existe um tempo médio de duração da assessoria realizada pela ANTEAG à uma empresa recuperada. É possível que um integrante da equipe vá pontualmente à ANTEAG e permaneça por uma semana ou ainda um mês inteiro. Já houve situações de permanência de dois meses seguidos para que fosse possível entender o que estava de fato acontecendo na empresa e alcançar a resolução do problema. A assessoria é contínua, ou seja, não há uma finalização do trabalho.

2.3.2 Dificuldades enfrentadas na consolidação do trabalho autogestionário

Uma importante questão deve ser tratada ao se discutir a proposta da autogestão: refere-se ao fato de que no momento em que os trabalhadores vão passar a gerir a empresa que antes eram empregados, passarão a enfrentar grandes e novos desafios. Haja vista que, anteriormente, desempenhavam funções e atividades bem mais simples e repetitivas.

Uma das principais dificuldades apontadas no trabalho autogestionário refere-se a mudança cultural. A primeira preocupação do trabalhador envolvido reside no fato de ter que produzir para ter a sua retirada e, segundo, a divisão dever ser feita de forma igual, mesmo que sejam feitos trabalhos diferentes. Atingir essa mudança cultural não é algo fácil e, quando acontece, é comum que atinja apenas o grupo que iniciou a empresa ou a cooperativa, não se estendendo aos que ingressaram posteriormente. Aqui reside a enorme dificuldade de mudança cultural, já que o trabalho com autogestão e economia solidária é a apresentação de uma proposta que tem como base a substituição daquilo que é conhecido e vivenciado como sendo um processo natural – que são as relações verticais típicas do capital. Isto é a constatação de que a autogestão e a economia solidária estão na contra corrente. No início de uma nova experiência os trabalhadores já se deparam com a necessidade de tentar superar o ranço do trabalho subordinado expresso, por exemplo, na ausência de práticas solidárias; o conhecimento visto como uma forma de deter poder; a cultura da carteira assinada; a importância dada à figura do patrão; e o descrédito em relação às possibilidades de realizarem a autogestão do empreendimento. Estas questões, que já emergem tão logo os trabalhadores pretendem vivenciar a proposta, permanecem enquanto desafios a serem enfrentados durante toda a existência da empresa e se desdobram nas demais dificuldades a serem enfrentadas.



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

Uma outra questão que também perpassa o rol de dificuldades no que tange o trabalho autogestionário, e que relaciona-se com a mudança cultural, é a cultura da carteira assinada, do trabalho subordinado: Há uma grande resistência, por parte dos trabalhadores em adquirir novas formas de execução do trabalho, que se difere do que antes era desenvolvido. Exemplo disso é a fase de eleição do presidente da cooperativa, onde, para o entrevistado ocorre a projeção do antigo dono nesta nova figura, agora eleita por todos os trabalhadores.

Outro aspecto bastante relevante é a cultura de que o saber é uma mercadoria. Este fato leva, constantemente, a situações em que o trabalhador não repassa o que aprende. Como consequências, temos a divisão entre os trabalhadores, assim como a distância entre os assuntos relacionados a gestão da fábrica e um grande número de trabalhadores. Nessa direção, o entrevistado destaca que deve-se trabalhar muito bem esta questão pois, ao contrário, as pessoas envolvidas com a autogestão e a economia solidária estarão fazendo um trabalho compensatório, administrando a crise financeira do capital. E, nessa direção, quando a crise melhorar, as empresas e os grupos vão se desfazer. Este fato, nos acrescenta o entrevistado, é comum de acontecer na incubação.

A ausência de interesse por parte dos trabalhadores envolvidos em relação à formação de princípios para a autogestão revela-se como uma grande dificuldade enfrentada na assessoria da ANTEAG refere-se à ausência de interesse por parte dos trabalhadores envolvidos em relação à formação de princípios para a autogestão. Para o entrevistado, as demandas acabam sendo por questões técnicas específicas, que não se vinculam à vivência de princípios que possam facilitar o processo de trabalho em grupo de forma cooperativa e autogestionária. A demanda por cursos de formação é pequena. Para superar este problema, os assessores, na atualidade, procuram estruturar o curso específico (técnico) com questões da formação em autogestão.

A mudança no foco do trabalho - de assessoria às empresas recuperadas para fomento do cooperativismo popular, tornou-se um verdadeiro “entrave” para o trabalho de recuperação de empresas. Em São Paulo, a partir do trabalho com políticas públicas, iniciado com a prefeitura de Marta Suplicy, é que o trabalho deixou de ser exclusivamente com empresas recuperadas. O foco de atuação da ANTEAG foi ampliado, devido aos recursos que tinham como objetivo a atuação das políticas que promovessem inclusão social. As empresas recuperadas não foram abandonadas, mas o foco do trabalho foi modificado para que fosse possível captar recursos financeiros, indispensável para a sobrevivência da associação. Entre os integrantes da ANTEAG, essa nova ação acabou por trazer alguns conflitos, pois alguns integrantes discordaram dessa mudança.

Outras dificuldades devem ser apontadas, quais sejam, financeiras, de pessoal e ausência de sede própria. Não tendo sede própria a ANTEAG utiliza hoje, parte da sede cedida pelo sindicato dos arquitetos de São Paulo para a realização de suas atividades. A equipe está pequena e a Associação passa por grave crise financeira.

O relato, por parte do entrevistado, da não existência de autores para embasamento do trabalho de assessoria também é apontado como uma dificuldade. Segundo ele, inexistem autor ou autores específicos que trate da temática da autogestão, ressaltando que o próprio Paul Singer corrobora com o fato de não ser feito um trabalho de autogestão que utilize um autor específico. Apesar de não haver um autor específico alguns são utilizados como suporte, como Pichón-Rivière e Ágnes Heller.



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

Outro aspecto que dificulta o desenvolvimento das empresas autogestionárias é o chamado marco regulatório. Inexiste no país uma formatação jurídica para a formatação de uma empresa autogestionária, que a torne distintas das mercantis, o que acaba por trazer consequências como, por exemplo, as dificuldades comerciais. Tal situação é diferente para as cooperativas.

Bastante relevante no processo de formação política para a autogestão são os materiais pedagógicos utilizados como material de suporte. Na assessoria da ANTEAG eles são direcionadas apenas para os trabalhadores que fazem formação e não estão disponíveis para outros trabalhadores devido a duas razões: dificuldade em reproduzir tais matérias e por não serem autoexplicativos.

Outra questão também enfrentada pelas empresas diz respeito à adequação aos parâmetros do mercado, ou seja, a limitação imposta pelo mercado. Enfrentar o mercado é algo inevitável, pois existe a necessidade de se criar um espaço e uma inserção.

A economia solidária está enfrentando uma grande dificuldade, que é o seu envio para o Ministério das Micro e Pequenas Empresas. Tal movimento iniciou-se no governo Dilma Roussef, o que tem gerado resistências por parte dos coletivos e de entidades de apoio.

O que também configura-se como um grande desafio é a própria reestruturação da ANTEAG, na perspectiva de se manter uma estrutura de estudo e pesquisa e, ao mesmo tempo, construindo uma entidade de representação e mobilização política. Nesse sentido, como perspectivas de atuação, a assessoria de formação aponta para que a ANTEAG se torne uma entidade de representação e mobilização de empresas e empreendimentos solidários.

2.3.3 Os limites da construção de uma nova cultura para o trabalho no marco da sociedade de mercadorias

A construção de relações de trabalho comprometidas com práticas de solidariedade e horizontalidade que tem como objetivo a superação do trabalho subordinado torna-se, a partir da análise da experiência política da ANTEAG sob o viés da economia solidária, um processo cheio de limitações e contradições. Tais dificuldades estão relacionadas, direta e indiretamente, com uma questão que, ao término deste trabalho, gostaríamos de destacar: o aspecto cultural, que se vincula, em nossa avaliação, à construção de consciência de classe.

Nessa direção, torna-se relevante destacar a existência de polêmicas acerca da economia solidária e da autogestão que, se encontramos autores que realizam a sua defesa enquanto possibilidade de transformação social, também destacamos a existência de estudos que demonstram uma divergência na análise da potencialidade que a economia solidária poderia trazer para superar, por meio das relações de trabalho ali desenvolvidas, a sociedade capitalista.

Em relação aos estudos que apontam para a economia solidária enquanto perspectiva de instauração de novas relações de trabalho com o intuito de superação do trabalho subordinado destacamos o economista Paul Singer (2008, 2003, 2002, 1998) e Cunha (2003), como referência na temática. Quanto aos estudos que fazem crítica ao potencial transformador destas experiências coletivas, apontamos autoras no âmbito do Serviço Social que partem da tradição marxista, quais sejam: para Barbosa (2007), Menezes (2007) e Tavares (2004).



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

Para Singer (2003), a economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado por aqueles que se encontram marginalizados no mercado de trabalho, unindo o princípio de posse e uso dos meios de produção e distribuição, com o princípio da socialização desses meios. O conceito de economia solidária vai sendo construído e transformado na própria ação. São iniciativas não-capitalistas, isto é, de pessoas excluídas dos meios de produção e distribuição. Singer nos aponta que os princípios sobre os quais a economia solidária se apóiam são eminentemente socialistas. Portanto, constitui-se uma forma de produção e distribuição horizontalizada, fundamentada no ser, ou seja, diferente da formatação vertical capitalista, que é regida por princípios de exclusão, competição, individualização, hierarquização, por ser centrado na busca pelo aumento das taxas de mais-valia.

O caráter alternativo da economia solidária, para Cunha (2003), estaria materializado na defesa de uma sociedade alternativa, que poderia ser uma economia socialista (enquanto uma resposta da tradição socialista - com bases associativas e autogestionárias - ao socialismo real) ou poderia ser analisado a partir de um contexto mais atual de resistência ao desemprego por meio da organização da sociedade civil. Neste ponto, destacamos Singer como uma importante referência que teoriza a economia solidária do ponto de vista da constituição de uma alternativa ao sistema capitalista, numa perspectiva de transformação social.

Singer (2002) nos aponta que os princípios sobre os quais a economia solidária se apóia são eminentemente socialistas, se for considerada a forma de organizar a produção, a circulação e o crédito, que são regidos pelos princípios da solidariedade, da democracia e da autogestão. Portanto, constitui-se uma forma de produção e distribuição horizontalizada, fundamentada no ser, ou seja, diferente da formatação vertical capitalista que é regida por princípios de exclusão, competição, individualização, hierarquização, por ser centrado na busca pelo aumento das taxas de mais-valia.

Se percorremos este caminho apontado por Singer (id., ibid.), encontramos que a experiência cooperativista tem sua origem no período de pós consolidação do capitalismo industrial, cujo berço foi a Inglaterra, estando diretamente associada ao intenso empobrecimento da população provocado pela inserção das máquinas e aos ideais que tinham como objetivo reverter essa realidade elaborados e propagados pelos socialistas utópicos. Ele aponta a necessidade de estabelecer o vínculo da economia solidária com as experiências cooperativistas históricas, de caráter socialista. Em nossa análise é justamente nesta referência feita por Singer que é possível desvendar a origem de sua defesa e esperança em apontar a atividade da economia solidária como caminho concreto de superação da sociedade capitalista.

Para embasar sua teoria pauta-se no período histórico relativo ao processo de mudança, de longo prazo, iniciado com a Revolução Industrial. Há mais de duzentos anos iniciou-se o processo de mudança, a partir da Revolução Industrial, que implantou de forma definitiva o capitalismo, e que continua a desenvolver-se e a amadurecer-se, não se constituindo, portanto, em uma transformação violenta e sim em uma transformação que já dura dois séculos. Nesse raciocínio, defende que não só está em curso a revolução capitalista, como também a revolução socialista, ambas constituindo-se como revoluções sociais iniciadas a partir da Revolução Industrial (id., ibid.).



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

Paul Singer realiza defesa da economia solidária enquanto um outro modo de produção que se apóia em princípios básicos avessos aos princípios capitalistas, como a propriedade coletiva do capital e o direito à liberdade individual. Se colocado em práticas, esses princípios terão como resultado a solidariedade e a igualdade. Nessa proposta, Singer defende o poder estatal como sendo necessário e responsável por redistribuir, de forma também solidária, a renda resultante desse processo de reprodução (2002).

Em sua obra *“Uma utopia militante, repensando o socialismo”* Singer (1998) reforça a idéia de que o socialismo deve começar a se desenvolver sob a hegemonia do capitalismo, ou seja, subordinado inicialmente ao capital, mas construído através da livre iniciativa dos trabalhadores. A idéia de revolução, portanto, para esse autor não está ligada a idéia do emprego da violência e da força. Singer propõe, então, uma solução não-capitalista para o desemprego a partir da oferta à massa de excluídos de uma oportunidade real de inserção da economia através de sua própria iniciativa. Isso pode acontecer a partir da criação de um novo setor da economia “formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, composto por ex-desempregados, que tenha um mercado protegido da competição externa para os seus produtos (2008, p. 122).”

Com estas idéias, Singer propõe uma revolução de baixo para cima, objetivando, no marco do capitalismo, uma convivência possível entre ideais socialistas e princípios eminentemente liberais, rumo à construção de um projeto de sociedade que seja capaz de suprimir a ordem vigente e implantar o socialismo. Esta teoria busca mostrar a possibilidade emancipatória contida nas práticas de economia solidária.

Alguns estudos demonstram uma divergência na análise da potencialidade que a economia solidária poderia trazer para superar, por meio das relações de trabalho ali desenvolvidas, a sociedade capitalista. Neles, as análises apontam que nas práticas objetivas das experiências de economia solidária existem tensões entre as vivências baseadas na solidariedade e democracia vivenciadas internamente nos coletivos e as práticas típicas do modo de produção capitalista onde estas práticas se inserem, dificultando numa apreensão mais geral a tal ponto que se chegaria a uma superação da sociedade burguesa. Essa tensão dificulta afirmar que a economia solidária poderia se constituir enquanto uma alternativa ao sistema vigente.

No âmbito do Serviço Social, encontramos este pensamento, que, partindo da tradição marxista, faz crítica à economia solidária enquanto possibilidade emancipatória. Aqui fazemos destaque para Barbosa (2007), Menezes (2007) e Tavares (2004). As propostas da economia solidária e da autogestão, se inscrevem e competem, em situação desfavorável, com o modo de produção hegemônico. Embora grupos e empresas recuperadas possam vivenciar e consolidar sua organização fundamentada nos princípios da economia solidária, a realidade demonstra as tensões de suas propostas.

Concordamos com Barbosa (op. cit) quando afirma que “as atividades da economia solidária podem até apresentar um modo de produzir, mas não um modo de produção diferente”. Em que medida, então, o trabalho realizado nas formas autogestionárias poderia levar à superação da alienação e, portanto, do próprio sistema? Apesar da presença de algumas peculiaridades nos empreendimentos autogestionários, existe limitação no que tange à emancipação do trabalho solidário em relação ao predomínio do capital, além da persistência de facetas da alienação em empreendimentos coletivos. Apesar de um trabalhador estar inserido em uma empresa coletivizada e, devido a isso, ter se tornado dono de seu produto final, assim como



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

conhecedor de todo o processo de produção, ele “rompeu com o estranhamento do processo de trabalho, mas não necessariamente rompeu com a alienação do produto do trabalho (id., ibid. p. 4).”

Desta forma, as determinações da produção acabam sendo ainda ditadas pelo capital, o que torna a emancipação do trabalho incompleta, pois a alienação na tradição marxista transcende os limites da empresa isolada, já que as suas determinações situam-se além desta, ou seja, na sociedade. A precarização do trabalho acaba por fortalecer novas sociabilidades, levando a informalidade a ser cada vez mais indistinguível da organização produtiva.

O trabalho assalariado tem sido substituído pelo trabalho autônomo ou de pequena empresa, obscurecendo a relação de emprego. A flexibilização do trabalho tem levado ao aumento das cooperativas, trabalhos familiares ou domiciliares¹ e de pequenas empresas. Ainda que haja argumentação a respeito da autonomia e da independência presentes nesses tipos de trabalho, há prevalência da pressão do desemprego e a “liberdade” acaba por se esvaír diante da subordinação do processo de trabalho daquelas empresas mercantis contratantes (BARBOSA, 2007).

Esses são os limites das práticas de produção autônomas, como aquelas em que se inscrevem as da denominada economia solidária. E aqui reside a explanação da questão anteriormente colocada e bastante debatida por Barbosa (2007): como os agentes econômicos que orientam o processo de acumulação permitem a promoção de práticas na sociedade sem, no entanto, deslocá-las para a disputa no mercado? E, nessa direção, recorreremos ao fato de que, sob a formação capitalista, não existe possibilidade de o local adquirir autonomia, já que para esse sistema em questão a economia não é nem aberta e nem heterogênea.

A autora argumenta que para o sucesso das cooperativas tenham sucesso, assim como das empresas e do trabalho em domicílio, é necessário que haja dependência das relações de subcontratação com grandes empresas, isto é, devem adotar o ritmo e a racionalidade ditados por elas. É aqui que se encontra o limite dessa perspectiva autônoma e solidária de cooperação no trabalho, ou seja, é na circulação de mercadorias do capital que ocorre a limitação da autonomia defendida pelas cooperativas e outras formas de organizações de economia solidária. Barbosa ainda nos traz que a lei do valor é avassaladora já que impõe a forma de exploração adequada – requisita ou expulsa os trabalhadores; impõe a precarização ou recria a clandestinidade. Tudo isso através de idéias como as de cunho empreendedor e de autonomia do trabalhador.

No entanto, as igualdades de condições no mercado são meras ilusões, haja vista as altas taxas de mortalidade dos negócios. São nos próprios movimentos de expansão e contração do capital que são criados os espaços para essas atividades que não são tipicamente capitalistas, o que evidencia as suas relações de subordinação com o sistema mercantil. Sob o ponto de vista liberal, isso é natural, pois é dessa forma que se apresentam e funcionam a produção e a distribuição da riqueza, o que reafirma o dualismo social existente – isto é, nem todos vão acompanhar as necessidades do capital e o não-acesso ao bem-estar. A ideologia do empreendedorismo parece fortalecer essa proposição, buscando adesão e consentimento das suas idéias e práticas na sociedade (TAVARES, 2004). Um outro importante assunto que não



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

deve fugir à nossa reflexão, diz respeito à adesão, ao consentimento da sociedade em relação à aceitação e defesa do trabalho informal como uma alternativa social, já que as práticas na sociedade não são regidas pela simples força impositiva do capital, exigindo bases morais e ideológicas para a sua legitimação.

Para Barbosa (2007) as transformações econômicas e políticas vivenciadas ocorreram vinculadas a processos culturais. É a cultura do auto-emprego que se embasa em dois eixos de sustentação: a defesa do trabalho por conta própria; e a difusão da sociedade por conta própria. Estes eixos sustentam a ideia de que a busca pelo auto-emprego é uma forma de enfrentamento da crise capitalista, ideia que acaba por refletir na economia solidária. Um merecido destaque nesse âmbito refere-se à concepção negativa dada ao Estado e a tudo o mais que tem caráter ou ligação com o setor público, como os sindicatos, os partidos, as práticas partidárias, entre outras, o que acaba por propiciar propagações de iniciativas da sociedade civil. As iniciativas econômicas dos pobres e excluídos (que incluem as cooperativas de trabalho), são funcionais ao capital pois, a partir destas, o Estado passa a não mais se responsabilizar pela pauperização de milhões de pessoas.

Ela demonstra, a partir da desresponsabilização do Estado, que as estratégias da economia solidária acabam por incorporar a acumulação do capital e ainda penalizam os trabalhadores pobres por sua situação de pobreza. Ou seja, o que a economia solidária representa é uma maneira de persuadir a classe trabalhadora em assumir o auto-emprego (e o não-assalariamento) como formas benéficas para estimular a emancipação econômica do indivíduo. Para Menezes a economia solidária obedece aos preceitos da lógica do capital ao se afirmarem no discurso ideológico do “faça você mesmo”, definindo-a como (2007, p. 23):

[...] um *projeto político* que tem como meta prioritária a acomodação e a conciliação com a ordem, tanto dos trabalhadores empregados quanto dos desempregados e miseráveis e, ao mesmo tempo, através da manipulação ideológica descobrirem que a solução para as suas desventuras só pode ser encontrada através de seu próprio empenho.



9º ENEDS

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

À discussão que aqui procuramos apresentar, consideramos importante inserir uma outra análise de Menezes (2007). Para ela, a economia solidária é expressão de uma das manifestações do terceiro setor, devido ao caráter conciliador que apresenta, ou seja, é avesso à ruptura com o capital, constituindo-se em “uma busca do equilíbrio”. Nessa direção, o que tem restado aos ideólogos do terceiro setor é “vislumbrar condições para a humanização do capital”.

Algumas importantes questões decorrem quando realizamos a discussão da economia solidária. Em nossa análise, a economia solidária consubstancia-se em uma espécie de “projeto de salvação”, um terceiro caminho, um projeto de sociedade alternativa que propõe tentar acabar com as mazelas que o capitalismo gerou e ampliou com sua produção de riqueza (através da exploração do trabalho) e reprodução das relações sociais. Nessa tentativa e, inserindo-se entre as experiências de iniciativas da sociedade, a economia solidária incorpora alguns princípios do socialismo, como a autogestão e tenta humanizar e abrandar os efeitos maléficos causados pelo capital trazendo, para alguns, a bandeira da possibilidade de superar tal sistema.

3 Conclusões

É possível que a opção pelos modelos autogestionários de organização do trabalho não esteja relacionada com um processo de amadurecimento consciente de contraposição ao trabalho subordinado, vivenciado nas empresas, anteriormente ao período falimentar. Esta “opção” acaba por ser feita motivada pela dificuldades da conjuntura econômica e não se configura opção política. Há que se considerar o contexto de crise que determinou o fechamento de muitas empresas. Reforçando a afirmativa que fazemos há também o fato de que muitas empresas recuperadas que, no momento de aquecimento do mercado, retornam para os moldes de produção e distribuição capitalistas, ou ainda, àquelas que, permanecendo na autogestão, realizam contratação de novos trabalhadores fora dos moldes horizontais (típicos do formato cooperativista), levando a criação de uma divisão entre os fundadores e os que passam a ali ingressar. Desconsidera-se, completamente, os princípios anteriormente estabelecidos. Como consequência, tem-se a falta de comprometimento e participação dos trabalhadores.

Atualmente a ANTEAG encontra-se em uma situação de profunda crise. Não dispõe de recursos financeiros, disponibilidade de pessoal e nem sede própria. A instituição não conta com recursos públicos, visto que o governo federal tem disponibilizado investimentos para o fomento do cooperativismo popular e não para projetos cujo foco seja a gestão das fábricas pelos próprios trabalhadores, que é o foco do trabalho da ANTEAG. As dificuldades enfrentadas, no presente, são muitas. Para além dos princípios, cujas bases e incongruências procuramos destacar, as condições de existência da própria organização são precárias, fragilizando, inclusive, a proposta que procura abarcar.

4 Referências Bibliográficas

BARBOSA, R. N. de C. *A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

MENEZES, M. T. C. G. de. *Economia Solidária: elementos para uma crítica marxista*. Rio de Janeiro: Gramma, 2007.

CUNHA, G. C.; DAKUZAKU, R. Y.; SOUZA, A. R. de. (Orgs.) *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo: Contexto, 2003.



9º ENEDS

**ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**



“O Brasil que se quer e os caminhos que se trilham”

IASI, M. L. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARX, K. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

_____. *Manuscritos Econômicos-filosóficos de 1844*. Lisboa: Avante, 1994a.

SINGER, P. I. *Globalização e Desemprego: diagnósticos e alternativas*. 7a ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____.; SOUZA A. *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto,

_____. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

_____. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. 2a ed. São Paulo: Vozes, 1998.

TAVARES, M. A. *Os fios (in) visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004.